



Sumário

Nota do Autor à 2ª edição, 19

Nota do Autor, 20

Apresentação, 21

Parte I – Introdução ao Direito Civil, 27

1 CONCEITO DE DIREITO, 29

1.1 Tipicidade, 32

2 FONTES DO DIREITO, 35

2.1 Lei, 36

2.1.1 Classificação das leis, 38

2.2 Costume, 42

2.3 Doutrina, 44

2.4 Jurisprudência, 46

2.5 Analogia, 48

2.6 Princípios gerais de Direito, 49

2.7 Eqüidade, 50

3 DIREITO ROMANO, 53

3.1 Que se entende por Direito Romano – sua importância, 53

3.2 Fases do Direito Romano – sua divisão, 55

3.2.1 Período Régio, 56

3.2.2 Período da República, 58

- 3.2.3 Período do Principado, 68
- 3.2.4 Período da Monarquia Absoluta, 69
- 3.3 Sistema do *Ius Civile*, 70
- 3.4 Sistema do *Ius Gentium*, 73
- 3.5 Codificação de Justiniano – outras codificações, 74
 - 3.5.1 Código, 77
 - 3.5.2 *Digesto*, 78
 - 3.5.3 *Institutas*, 80
 - 3.5.4 *Novelas*, 81
 - 3.5.5 Características e importância geral da compilação de Justiniano, 82
 - 3.5.6 Destino da codificação de Justiniano, 83
- 3.6 Direito Romano e moderno Direito Civil brasileiro, 84

- 4 DIREITO CIVIL, 87
 - 4.1 Direito Privado em face do Direito Público, 88
 - 4.2 Direito Civil como um ramo do Direito Privado, 90
 - 4.3 Importância do Direito Civil, 92
 - 4.4 Objeto do Direito Civil, 94
 - 4.5 Fontes do Direito Civil, 95

- 5 SISTEMAS JURÍDICOS, 97
 - 5.1 Que se entende por sistema jurídico, 97
 - 5.2 Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos, 99
 - 5.3 Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo, 100
 - 5.3.1 Introdução ao sistema romano-germânico, 101
 - 5.3.2 *Common Law*, 102
 - a) Inglaterra, 102
 - b) Estados Unidos da América, 104
 - 5.3.3 Relações entre os sistemas romano-germânico e o *Common Law*, 106
 - 5.3.4 Direitos socialistas, 107
 - 5.3.5 Sistemas filosóficos e religiosos – Direito chinês e Direito japonês, 109
 - 5.4 Sistema romano-germânico: características, 112
 - 5.4.1 Universidades, 113
 - 5.4.2 Dos costumes à codificação, 115
 - 5.4.3 Novas tendências, 117

- 6 CODIFICAÇÃO, 119
 - 6.1 Introdução, 119

- 6.1.1 Efeitos positivos e negativos da codificação, 121
 - 6.1.2 Novos rumos da codificação, 122
 - 6.2 Código de Napoleão, 123
 - 6.3 Código alemão (BGB), 125
 - 6.4 Outras codificações do século XX, 127
 - 6.5 Técnicas da codificação, 128
- 7 DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 129
- 7.1 Direito Civil antes do Código, 129
 - 7.2 As várias tentativas de codificação, 130
 - 7.3 Código Civil brasileiro de 1916, 132
 - 7.4 Tentativas de reforma legislativa, 133

Parte II – Teoria Geral do Direito Civil, 135

- 8 SUJEITOS DE DIREITO (I) – DIREITO ROMANO, 137
- 8.1 Pessoa natural, 137
 - 8.2 Homem sujeito de Direito – *Status libertatis*, 139
 - 8.2.1 Escravidão, 141
 - 8.2.2 Condição de liberto – Patronato, 142
 - 8.3 *Status civitatis*, 144
 - 8.4 *Status familiae*, 144
- 9 SUJEITOS DE DIREITO (II), 147
- 9.1 Pessoa natural, 147
 - 9.1.1 Direitos da personalidade, 149
 - 9.1.2 Direito ao próprio corpo, 156
 - 9.2 Começo da personalidade natural, 159
 - 9.2.1 Condição do nascituro, 159
 - 9.3 Incapacidade absoluta no Código de 1916, 160
 - 9.3.1 Menores de 16 anos, 161
 - 9.3.2 Loucos de todo gênero no Código de 1916, 162
 - 9.3.3 Surdos-mudos, 165
 - 9.3.4 Ausentes no Código de 1916, 166
 - 9.4 Incapacidade relativa no Código de 1916, 167
 - 9.4.1 Maiores de 16 e menores de 21 anos no Código de 1916, 168
 - 9.4.2 Pródigos no Código de 1916, 170
 - 9.4.3 Silvícolas, 171
 - 9.5 Incapacidades no novo Código, 173
 - 9.5.1 A deficiência mental, 173
 - 9.6 Incapacidade transitória, 175

- 9.6.1 Surdos-mudos. Deficientes visuais. Perspectivas no novo Código, 176
- 9.6.2 Ausência no novo Código, 176
- 9.6.3 Incapacidade relativa no novo Código, 178
- 9.6.4 Maiores de 16 e menores de 18 anos, 178
- 9.6.5 Pródigos no novo sistema, 179
- 9.7 Proteção aos incapazes, 180
- 9.8 Emancipação: concessão do pai, mãe ou tutor no Código de 1916, 181
 - 9.8.1 Outros casos de emancipação no sistema de 1916, 183
 - 9.8.2 Emancipação no novo Código, 185
- 9.9 Fim da personalidade natural. A morte presumida no novo Código, 188
 - 9.9.1 Comoriência, 192
 - 9.9.2 Momento da morte, 193
- 9.10 Estado das pessoas, 193
- 9.11 Atos do Registro Civil, 196
 - 9.11.1 Nascimentos, 199
 - 9.11.2 Óbitos, 200
 - 9.11.3 Emancipação, interdição e ausência, 200
 - 9.11.4 Considerações finais, 201
- 10 NOME CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, 203
 - 10.1 Origens históricas, 204
 - 10.2 Natureza jurídica, 206
 - 10.3 Elementos integrantes do nome, 206
 - 10.4 Nome: prenome e sobrenome. Possibilidade de alteração, 209
 - 10.4.1 Alteração do nome da mulher, 213
 - 10.4.2 Redesignação do estado sexual e mudança de prenome, 216
 - 10.5 Proteção do nome, 216
- 11 DOMICÍLIO, 219
 - 11.1 Domicílio no Direito Romano, 220
 - 11.2 Domicílio, residência e moradia, 221
 - 11.3 Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio, 223
 - 11.4 Importância do domicílio, 225
 - 11.5 Espécies de domicílio, 227
 - 11.5.1 Domicílio de eleição (foro de eleição), 230
 - 11.6 Domicílio da pessoa jurídica, 232

-
- 12 PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ROMANO, 235
 - 12.1 Pessoa jurídica – introdução, 235
 - 12.2 Pessoa jurídica no Direito Romano, 236
 - 12.3 Principais pessoas jurídicas, 236
 - 12.4 Capacidade das pessoas jurídicas no Direito Romano, 238

 - 13 PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ATUAL, 241
 - 13.1 Introdução, 241
 - 13.2 Denominação, 243
 - 13.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica, 244
 - 13.4 Natureza da pessoa jurídica, 245
 - 13.4.1 Doutrinas da ficção, 246
 - 13.4.2 Doutrinas da realidade, 248
 - 13.4.3 Doutrinas negativistas, 249
 - 13.4.4 Doutrina da instituição, 250
 - 13.4.5 Conclusão, 250
 - 13.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica, 251
 - 13.6 Classificação das pessoas jurídicas, 253
 - 13.6.1 Pessoas jurídicas de Direito Privado, 255
 - 13.6.2 Grupos com personificação anômala, 256
 - 13.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica, 262
 - 13.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas, 262
 - 13.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração, 265
 - 13.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do novo Código, 268
 - 13.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo, 269
 - 13.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais, 270
 - 13.8.5 Reparação do dano: ação de indenização, 271
 - 13.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas, 271
 - 13.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica, 272
 - 13.10.1 Registro da pessoa jurídica, 274
 - 13.11 Sociedades e associações, 276
 - 13.11.1 Associações, 278
 - 13.12 Fundações, 280
 - 13.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica, 286
 - 13.14 Desconsideração da pessoa jurídica, 290

 - 14 BENS EM DIREITO ROMANO, 295
 - 14.1 Introdução, 295
 - 14.2 As coisas *in patrimonio*, 296

- 14.2.1 *Res mancipi e res nec mancipi*, 296
- 14.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas, 297
- 14.2.3 Móveis e imóveis, 297
- 14.3 Coisas *extra patrimonium*, 298
 - 14.3.1 *Res humani iuris*, 298
 - 14.3.2 *Res divini iuris*, 299
- 14.4 Divisões modernas de bens, 299
- 14.5 Patrimônio, 300

- 15 OS BENS E SUA CLASSIFICAÇÃO, 303
 - 15.1 Bens e coisas: objeto do direito, 303
 - 15.2 Bens corpóreos e incorpóreos, 305
 - 15.3 Móveis e imóveis, 306
 - 15.3.1 Regime dos bens imóveis, 306
 - 15.3.2 Regime dos bens móveis, 313
 - 15.4 Bens fungíveis e infungíveis, 315
 - 15.5 Bens consumíveis e não consumíveis, 317
 - 15.6 Bens divisíveis e indivisíveis, 319
 - 15.7 Bens singulares e coletivos, 320
 - 15.8 Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios, 322
 - 15.8.1 Frutos, produtos e rendimentos, 324
 - 15.8.2 Benfeitorias, 325
 - 15.9 Bens públicos e particulares, 327
 - 15.10 Bens que estão fora do comércio, 330

- 16 BEM DE FAMÍLIA, 333
 - 16.1 Origem histórica, 333
 - 16.2 Legislação – conceituação – natureza jurídica, 334
 - 16.3 A Lei nº 8.009, de 29-3-90, 335
 - 16.4 Objeto e valor do bem de família, 337
 - 16.5 Legitimação para a instituição e destinação do bem, 339
 - 16.6 Requisitos, 340
 - 16.7 Inalienabilidade e impenhorabilidade do bem de família. Aplicação na Lei nº 8.009, 341
 - 16.8 Duração, 344
 - 16.9 Processo de constituição, 345
 - 16.10 Conclusão. O bem de família no novo Código Civil, 347

- 17 FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS, 351
 - 17.1 Introdução: os fatos jurídicos, 351

- 17.2 Negócio jurídico, 354
 - 17.2.1 Classificação dos negócios jurídicos, 354
- 17.3 Atos jurídicos no Direito Romano, 356

- 18 AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO, DEFESA E EXTINÇÃO DOS DIREITOS, 359
 - 18.1 Aquisição dos direitos, 359
 - 18.1.1 Direitos atuais e direitos futuros, 361
 - 18.1.2 Direitos eventuais, 362
 - 18.1.3 Expectativas de direito, 362
 - 18.1.4 Direitos condicionais, 363
 - 18.2 Modificação dos direitos, 364
 - 18.3 Defesa dos direitos, 365
 - 18.3.1 Legítimo interesse: condições da ação, 368
 - 18.4 Extinção dos direitos, 371

- 19 FENÔMENO DA REPRESENTAÇÃO NO DIREITO: CONCEITO E ESPÉCIES, 373
 - 19.1 Conceito, 373
 - 19.2 Evolução histórica da representação, 374
 - 19.3 Figura do núncio, 375
 - 19.4 Representação legal e voluntária, 376
 - 19.5 Efeitos da representação, 379

- 20 ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO, 381
 - 20.1 Elementos, pressupostos e requisitos, 381
 - 20.2 Vontade e sua declaração, 383
 - 20.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade, 385
 - 20.2.2 Silêncio como manifestação de vontade, 387
 - 20.3 Capacidade do agente, 388
 - 20.3.1 Legitimação, 389
 - 20.4 Forma, 391
 - 20.5 Objeto, 392
 - 20.6 Causa, 395

- 21 INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 399
 - 21.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos, 399
 - 21.2 Interpretação no Código Civil. Novo Código. A boa-fé, 401

- 22 DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – O ERRO, 405
 - 22.1 Defeitos dos negócios jurídicos, 405

- 22.2 Erro ou ignorância, 408
- 22.3 Escusabilidade do erro, 409
- 22.4 Erro substancial e erro acidental, 411
- 22.5 Erro consistente numa falsa causa, 414
- 22.6 Erro de fato e erro de direito, 414
- 22.7 Art. 89 do Código Civil (art. 141 do novo Código), 416
- 22.8 Art. 91 do Código Civil (art. 142 do novo Código), 416
- 22.9 Erro de cálculo, 417
- 22.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratório, 417
- 22.11 Erro e vícios redibitórios, 418
- 22.12 Erro sobre o valor, 418
- 22.13 Conseqüências da anulação do negócio por erro – interesse negativo, 419

- 23 DOLO, 421
 - 23.1 Conceito, 421
 - 23.2 Erro e dolo, 423
 - 23.3 Dolo e fraude, 423
 - 23.4 Requisitos do dolo, 424
 - 23.4.1 Dolo essencial e dolo acidental, 425
 - 23.4.2 *Dolus bonus* e *dolus malus*, 426
 - 23.5 Dolo positivo e dolo negativo, 427
 - 23.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro no Código de 1916, 428
 - 23.7 Dolo do representante, 431
 - 23.8 Dolo de ambas as partes, 432

- 24 COAÇÃO E ESTADO DE PERIGO, 433
 - 24.1 Conceito, 433
 - 24.2 Requisitos da coação, 435
 - 24.2.1 Essencialidade da coação, 436
 - 24.2.2 Intenção de coagir, 436
 - 24.2.3 Gravidade do mal cominado, 437
 - 24.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação, 437
 - 24.2.5 Dano atual ou iminente, 438
 - 24.2.6 Justo receio de um prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do novo Código, 439
 - 24.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família, 440

- 24.3 O temor reverencial, 441
- 24.4 Coação por parte de terceiros, 442
- 24.5 Estado de necessidade ou estado de perigo, 443
- 25 SIMULAÇÃO, 447
 - 25.1 Conceito, 447
 - 25.2 Requisitos, 449
 - 25.3 Espécies de simulação de acordo com o art. 102 do Código Civil de 1916, 450
 - 25.4 Simulação absoluta e simulação relativa, 452
 - 25.5 Simulação maliciosa e simulação inocente, 454
 - 25.6 Simulação e defeitos afins. Reserva mental, 456
 - 25.7 Ação de simulação, 460
 - 25.8 Prova da simulação, 462
 - 25.9 Simulação no novo Código Civil, 464
- 26 FRAUDE CONTRA CREDORES, 467
 - 26.1 Introdução, 467
 - 26.2 Noção histórica, 468
 - 26.3 Fraude em geral, 469
 - 26.4 Fraude contra credores, 471
 - 26.4.1 Requisitos, 472
 - 26.4.2 Ação pauliana, 475
 - 26.5 Casos particulares estatuídos na lei, 477
 - 26.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores, 480
 - 26.6 Fraude de execução, 481
 - 26.7 Ação revocatória falencial, 484
 - 26.8 Conclusão, 484
- 27 LESÃO, 487
 - 27.1 Introdução, 487
 - 27.2 Noção histórica, 488
 - 27.3 Conceito e requisitos, 490
 - 27.4 Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor, 493
 - 27.5 Procedimento judicial, 494
 - 27.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão, 495
 - 27.7 Prazo prescricional, 495
- 28 MODALIDADES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS (ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS), 497
 - 28.1 Introdução – elementos acidentais do negócio jurídico, 497

- 28.2 Condição, 498
 - 28.2.1 Condições lícitas e ilícitas, 499
 - 28.2.2 Condição potestativa, 500
 - 28.2.3 Condição impossível no Código de 1916, 502
 - 28.2.4 Condição resolutiva e condição suspensiva, 504
 - 28.2.5 Implemento ou não-implemento das condições por má-fé do interessado, 508
 - 28.2.6 Retroatividade da condição, 509
- 28.3 Termo, 511
 - 28.3.1 O prazo, 513
- 28.4 Encargo, 515

29 FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 519

- 29.1 Conceito, valor e função da forma, 519
 - 29.1.1 Escritura pública e instrumento particular, 523
- 29.2 Prova dos negócios jurídicos, 525
 - 29.2.1 Meios de prova, 527
 - 29.2.2 Confissão, 528
 - 29.2.3 Atos processados em juízo, 531
 - 29.2.4 Documentos públicos ou particulares, 531
 - 29.2.5 A prova testemunhal, 534
 - 29.2.6 Presunções e indícios, 539
 - 29.2.7 A perícia, 541

30 INEFICÁCIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 545

- 30.1 Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico, 545
- 30.2 Nulidade, 546
- 30.3 Anulabilidade, 554
 - 30.3.1 Ratificação dos negócios anuláveis, 557
- 30.4 Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis, 559
- 30.5 Problema da inexistência dos negócios jurídicos, 560

31 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE OS ATOS ILÍCITOS – ABUSO DE DIREITO, 563

- 31.1 Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual, 563
- 31.2 Elementos da responsabilidade extracontratual ou aquiliana, 566
- 31.3 Exclusão ou diminuição da responsabilidade, 571
- 31.4 Abuso de direito, 575
 - 31.4.1 Conceito de abuso de direito, 576

- 31.4.2 Alguns exemplos significativos de abuso de direito, 578
- 31.4.3 Aplicação da teoria do abuso em nosso direito, 580
- 31.4.4 Abuso de direito no novo Código Civil, 582
- 32 PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA, 583
 - 32.1 Influência do tempo nas relações jurídicas, 583
 - 32.2 Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva, 584
 - 32.3 Síntese histórica da prescrição, 586
 - 32.4 Conceito e requisitos da prescrição, 587
 - 32.4.1 Ações imprescritíveis, 588
 - 32.4.2 Prescrição e decadência, 589
 - 32.4.3 Disposições legais sobre a prescrição no Código de 1916, 594
 - 32.4.4 Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição, 600
 - 32.5 Prazos de prescrição no Código de 1916, 611
 - 32.6 Prescrição e decadência no novo Código Civil, 612

Bibliografia, 617

Índice Remissivo, 623